



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 5ª Reunião da Câmara Bipartite - Governo e Empregadores

Ata da ordem do dia 10 de março de 2015

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 5ª Reunião da Câmara Bipartite - Governo e Empregadores

Data: 10/03/2015

Local: Ministério do Trabalho e Emprego – Bloco F – Edifício Sede – Sala 433

1 Aos dez dias do mês de março de dois mil e quinze teve início a 5ª Reunião da Câmara Bipartite -
2 Governo e Trabalhadores, sob a Coordenação do Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira – Representante
3 da CNC. Estiveram presentes os seguintes participantes: Alex Sandro Gonçalves Pereira,
4 Representante da GM; Viviane Renata Anze Greer, Representante da SPPE; Mauro Rodrigues de
5 Souza, Representante da SRT; Admilson Moreira dos Santos, Representante da SRT; Eudes da
6 Silva Carneiro, Representante da SRT; Manoel Messias Nascimento Melo, Representante da SRT;
7 Alain Mac Gregor, Representante da CNC; Willian Soares de Oliveira, Representante da CNCOOP;
8 Milton Garcia, Representante da CNS; Adriana Giuntini, Representante da CNT; Marcello José
9 Pinho Filho, Representante da CNI; Rafael Ernesto Kieckbusch, Representante da CNI.
10 **ABERTURA:** O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira iniciou a reunião cumprimentando a todos e
11 elucidando que devido à ausência temporária da Sra. Adriana Giuntini assumirá a Presidência do
12 Grupo até que a mesma esteja presente na reunião. Seguindo para a aprovação das Atas da 2ª, 3ª e
13 4ª Reunião, questionou se os participantes possuem alguma observação. O Sr. Rafael Ernesto
14 Kieckbusch arrazoou que o Sr. Marcello José Pinho Filho observou que existe a necessidade de
15 realizar ajustes operacionais na linha 104 da Ata da 3ª Reunião. O Sr. Marcello José Pinho Filho
16 discorreu que não receberam a Ata da 4ª Reunião e que na linha 94 da Ata da 2ª Reunião sua
17 explanação está muito confusa. O Sr. Eudes da Silva Carneiro sugeriu que o Sr. Marcello José
18 Pinho Filho envie a sua sugestão de alteração para posteriormente realizá-la. Sem mais nenhum
19 comentário, foram aprovadas as Atas da 2ª e 3ª Reunião, sendo que a Ata da 4ª Reunião será
20 encaminhada para a realização de ajustes. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo cumprimentou a
21 todos e informou que houve uma ótima reunião com a representação de diversas Confederações de
22 Empregadores. Articulou que precisam fortalecer o Conselho de Relações de Trabalho,
23 principalmente, qualificando discussões e elucidou que o CRT foi criado por uma Portaria com
24 Regimento, que em sua opinião, das Centrais e das Confederações, precisa ser revisto e
25 principalmente, ser discutido dentro do Ministério e no Governo, para que de fato seja um Fórum de
26 discussão dos principais temas que interessam às Bancadas dos Trabalhadores e dos Empregadores

27 e ao próprio Governo. Postulou que na reunião com as Confederações alguns temas foram citados e
28 passaram ao largo do Conselho como o trabalho aos domingos e feriados e a aprendizagem.
29 Comunicou que diante dessa conversa decidiram mediante consulta ao Ministro e às duas Bancadas,
30 alterar radicalmente a pauta da próxima reunião do Conselho. Ilustrou que a expectativa é insistir
31 que estejam presentes nessa reunião além do Ministro, os Secretários e a equipe do Ministério do
32 Trabalho para que façam um bom balanço e discutam a temática, e que mantiveram alguns itens na
33 pauta para conclusão das suas discussões como o trabalho aos domingos e feriados, a proposta de
34 Lei sobre a contribuição sindical urbana e rural, os informes, a questão de ordem dos músicos,
35 tramitação de processos, a Portaria 326, a Portaria 186 e o Enunciado 61. O Sr. Manoel Messias
36 Nascimento Melo relatou que um ponto que gostaria da compreensão de todos seria a discussão
37 sobre o impacto da Legislação do motorista profissional na organização sindical dos trabalhadores,
38 sendo que foi solicitada uma consulta ao Conselho, tendo em vista que a Portaria 326 possui um
39 artigo sobre a tramitação de processos em caso de dúvida sobre categorias. O Sr. Roberto Luís
40 Lopes Nogueira discorreu que foram inseridos vários temas para a discussão e que receberam um *e-*
41 *mail* com relação à inclusão na pauta do trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos.
42 Indagou aos integrantes das Bancadas se há alguma outra sugestão de alteração de pauta. O Sr.
43 Manoel Messias Nascimento Melo esclareceu que a questão do trabalho aos domingos e feriados
44 seria apenas informe. Prosseguindo para o terceiro item de pauta sobre o resultado do GT sobre
45 tramitação de processos de reconhecimento de categorias para fins de registro sindical, o Sr. Eudes
46 da Silva Carneiro arrazoou que esse Grupo já foi encerrado e que houve um acordo de que seria
47 encaminhada para o Conselho a proposta do Governo com as considerações apresentadas pelos
48 Trabalhadores, sendo que foi acrescentado que a Bancada dos Empregadores manifestaria no
49 sentido de levar ao Conselho também a possibilidade de se revogar o Art.13. O Sr. Rafael Ernesto
50 Kieckbusch notificou que o GT realizou seis reuniões, uma vez que o encaminhamento foi dentro
51 das discussões, principalmente da Bancada dos Empregadores, que possui um conjunto de temas
52 que permeiam a discussão da tramitação de processo. Relatou que a proposta é encaminhar para o
53 Pleno do CRT, para que o mesmo possa realizar uma discussão para encontrar outro mecanismo que
54 possa ser usado ou revalidar a proposta encaminhada pelo Governo. Explanou que há várias
55 posições em relação à forma de reconhecimento e intuiu que talvez essa discussão da contribuição
56 sindical possa ser trabalhada de forma conjunta para pensarem, em nível de Pleno, no melhor
57 encaminhamento para a proposta de reconhecimento de categorias. O Sr. Admilson Moreira dos

58 Santos lembrou que é importante, na visão da Secretaria, que a discussão se dê de forma tripartite,
59 mas esclareceu que o rito que estão propondo para encaminhamento dessa discussão, é de que o
60 processo seria discutido no Pleno se a Bancada dos Empregadores ou dos Trabalhadores avocasse o
61 processo. Com relação ao item de pauta acerca da manifestação sobre a tabela de categorias em
62 estudo na Bancada dos Empregadores, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch ponderou que na última
63 reunião da Câmara houve um avanço nas discussões, mas informou que o Secretário e o próprio
64 Admilson Moreira dos Santos colocaram a necessidade de avançarem mais na discussão em razão
65 da entrada em vigor do novo CNES, e ficaram de fazer alguns levantamentos e estudos, mais
66 especificamente a CNI que tem um volume maior de sindicatos. Articulou que realizaram o
67 mapeamento de 27 Federações usando um sistema integrado de arrecadação, sendo que está
68 faltando pouco para a conclusão do processo e que com o início do mapeamento depararam com
69 algumas situações principalmente envolvendo conflitos de base entre os sindicatos. Notificou que
70 existem pontos que ainda não têm a validação final por parte das Federações e dos Sindicatos para
71 se ter clareza com relação aos processos, e que no processo, como um todo, a premissa que está
72 sendo adotada por parte da CNI e por parte de algumas Confederações é o Quadro do art. 557 da
73 CLT, mas destacou que não existe uma posição unânime da Bancada. O Sr. Manoel Messias
74 Nascimento Melo arrazoou que havia essa expectativa de que a maioria dos sindicatos seguisse o
75 577 e que uma das metas da Secretaria é digitalizar as cartas sindicais para terem o máximo
76 possível de informações sobre os processos de registro sindical. Discorreu que a ideia é ter uma
77 tabela de referência codificada para facilitar o cruzamento e evitar a quebra da unicidade sindical e
78 que o Ministério apenas consulte o Conselho nos pontos que não conseguir ter uma opinião
79 formada. Ponderou que gostaria de combinar um prazo para que pudessem disponibilizar as
80 propostas para que sejam feitas as análises, para posteriormente montarem um Seminário precedido
81 de várias conversas bilaterais sobre a questão de como será realizado o enquadramento do que
82 estiver fora do Quadro do 577. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch relatou que os dois principais
83 mapeamentos são da CNI e da CNServiços e que ainda não conseguirão definir nessa reunião a
84 questão do prazo, porque está sendo avaliada internamente a questão da estrutura em termos de
85 direção. Explanou que pode se comprometer em realizar uma discussão com a Bancada em relação
86 ao prazo e notificou que estão usando a tabela que a CNC tem usado, porque a mesma acompanhou
87 muito mais próxima a Comissão de Enquadramento. O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira articulou
88 que utilizam o Quadro e os critérios que a CLT permite utilizar de conexão, similaridade e

89 identidade e que também estão utilizando como subsídio as decisões da antiga CES e de um
90 dicionário de enquadramento sindical da LTR. Discorreu que concordam com a colocação do
91 Secretário de elaborar uma tabela de referência para depois discutir as exceções, mas deixou claro
92 que existem divergências na Bancada. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo solicitou que a CNC
93 envie uma cópia do dicionário, bem como do enquadramento que estão utilizando e da CNI para
94 terem conhecimento do trabalho que está sendo realizado. O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira
95 informou que de dois em dois anos lançam um livro em que constam todos os Pareceres que foram
96 elaborados dos mais variados enquadramentos e que lançará na sexta-feira, no sistema, um *software*
97 que é um Sistema de Negociação Coletiva para o comércio, em que serão inseridas todas as
98 cláusulas da negociação coletiva do comércio, para consulta, fazendo cruzamento de base, índices
99 econômicos e piso. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo esclareceu que haverá uma disputa de
100 quem fará o melhor produto e que disponibilizarão consultas anuais que permitirão um cruzamento
101 do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, Mediador, RAIS e Trabalho Temporário para
102 observar o perfil da base e dos diretores. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch comunicou que no dia 06
103 de abril a CNI disponibilizará um sistema parecido com o da CNC na parte de monitoramento e
104 elucidou que a ideia é a partir desse ano monitorar mais de 500 instrumentos coletivos apenas nas
105 indústrias. Arrazouo que realizará uma nova consulta aos integrantes do GT e analisará quais
106 matérias estão prontas para fechar o mais rápido possível para encaminhar as estruturas e que o
107 próximo passo será retornar a discussão para o Pleno do CRT para decidir se a mesma volta para o
108 GT ou se mantém na Câmara, que talvez seja o caminho mais interessante. Informou que irão enviar
109 a primeira versão na semana que vem. Seguindo para o item sobre a discussão das propostas já
110 apresentadas relacionadas sobre o Enunciado 61, que trata da mudança do art. 24 prevista na
111 Portaria 326 de 2013: *“Proposta de alteração da Portaria 186 de 2008, proposta de alteração da*
112 *Portaria 326 2013 e Anteprojeto de Lei que trata das contribuições sindicais, urbana e rural.”*, o
113 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo ponderou que o Ministério possui há vários anos situações de
114 conflitos preexistentes e que identificou que duas entidades possuem o registro normalmente
115 concedido, pois não realizam a averbação. Ilustrou que o Ministério realiza os ajustes no cadastro
116 sem normas e sem publicidade, correndo o risco de prejudicar uma ou outra entidade sindical pelo
117 acerto colocado e esclareceu que a ideia do Enunciado 61 foi definir os procedimentos para esse
118 tipo de ajuste, que não precisa passar pela tramitação usual de um processo de alteração estatutária.
119 Relatou que a nova versão do Enunciado deixa claro que se refere a conflitos preexistentes e quando

120 não haja extrapolação da base ou categoria no registro. Postulou que a ideia é que ao ser feito um
121 pedido de mediação, sejam publicizados os resultados das mediações, analisados pela Secretaria, e
122 não havendo nenhum recurso, será corrigido o cadastro. Estão realizando três experiências com
123 relação a essa situação: duas de trabalhadores e uma patronal. Explicou que com os trabalhadores
124 estão desenvolvendo a situação que envolve 16 sindicatos de trabalhadores rodoviários no Paraná,
125 que possuíam conflitos preexistentes, sendo que todos os sindicatos e a própria Federação está
126 concordando com o acordo, e também com os trabalhadores ferroviários, em São Paulo. Na área
127 Patronal estão resolvendo a questão da área de finanças da Confederação Nacional do Sistema
128 Financeiro, o Sistema da Previdência Privada e das empresas da área de seguros. O Sr. Rafael
129 Ernesto Kieckbusch compreendeu que trabalhar com os históricos dos sindicatos é muito delicado e
130 que precisam lidar com as várias mudanças legislativas. O Sr. Eudes da Silva Carneiro articulou que
131 gostariam que a Bancada dos Empregadores validasse a última proposta, ou se houvesse alguma
132 consideração, encaminhasse para a Secretaria para que o Secretário possa republicar o Enunciado
133 com a nova redação. Com relação ao item sobre a discussão acerca das propostas já apresentadas
134 relacionadas sobre a proposta de alteração da Portaria 186 de 2008, o Sr. Manoel Messias
135 Nascimento Melo explicou que realizaram duas alterações pontuais: a primeira permitindo o
136 saneamento documental e a segunda deixando claro que se aplica para Federações e Confederações
137 as regras de solicitação de atualização de dados perenes, as SDs de atualização de diretoria. O Sr.
138 Rafael Ernesto Kieckbusch relatou que encaminhará na reunião do Pleno a declaração resumida e a
139 completa sobre a discussão da Bancada. Prosseguindo para item sobre a discussão sobre propostas
140 já apresentadas relacionadas à alteração da Portaria 326, o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
141 arrazoou que apresentaram um conjunto de alterações, algumas com o objetivo de aperfeiçoar as
142 falhas de redações anteriores e que a mudança mais significativa foi a alteração estatutária de uma
143 entidade específica de uma base maior, que é impugnada por entidades ecléticas de base menor.
144 Discorreu que um sindicato dos trabalhadores rurais apresentou formalmente que houvesse uma
145 Assembleia específica nos sindicatos menores para saber se a base que está no mesmo quer ir para o
146 específico ou ficar no eclético e compreendeu que a grande novidade da proposta são questões de
147 aperfeiçoamento do procedimento, visto que existe uma preocupação das Bancadas com relação à
148 questão do cancelamento de registro sindical e como se daria o mesmo. Ilustrou que estão propondo
149 que o cancelamento seja feito com as seguintes fases: notificação com um prazo de 90 dias para
150 regularização do Cadastro de Entidades Sindicais na Receita e em outros órgãos públicos que

151 atestam a existência da entidade, e caso não responda será suspenso por mais 90 dias, sendo que
152 depois de decorrido o prazo de 180 dias será realizado o cancelamento. Discorreu que se os
153 participantes entenderem que a formulação do cancelamento não está precisa. Estão dispostos, em
154 um curto prazo, a rever redações que possam arredondar essa possibilidade de cancelamento e
155 lembrou que os trabalhadores reclamaram sobre o Enunciado que definiu que para determinada
156 categoria específica os documentos para comprovar se o dirigente é da categoria seriam outros,
157 além dos que estão especificados na Portaria 326, sugerindo que nesse caso os enunciados sejam
158 submetidos ao Conselho antes de serem editados. O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira informou que
159 tem recebido algumas consultas de sindicato do comércio e de algumas Secretarias que estão
160 exigindo a comprovação da filiação à Confederação. Esclareceu que já elaboraram alguns Pareceres
161 dizendo que a filiação apenas há em nível de Federação para a Confederação. O Sr. Manoel Messias
162 Nascimento Melo explicou que o Ministério do Trabalho, desde antes do final da década de 90, vem
163 adotando o procedimento de manter o conceito de filiação por conta da Portaria 186/2008. O Sr.
164 Rafael Ernesto Kieckbusch complementou que encaminharam a posição da Bancada na reunião do
165 Pleno em relação aos dois pontos e discorreu que em relação à questão da ratificação da base
166 menor, tinham algumas dúvidas, mas com a explicação ficou claro qual o propósito. Postulou que
167 talvez fosse necessário apresentar uma proposta de melhoria da redação em relação a esse ponto. O
168 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explanou que separam o **caput** que trata do geral, de
169 desmembramento, e criaram um parágrafo específico para os casos de impugnação de um eclético
170 menor em relação a um específico maior, mas destacou que o texto continua confuso sobre a
171 criação de um sindicato eclético menor quando há um sindicato específico, sendo que a posição do
172 Ministério hoje é que em um sindicato eclético menor pode sair, desde que não haja impugnação
173 para a mediação. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch intuiu que a questão da filiação é um assunto que
174 precisam enfrentar, pois possui centenas de casos na indústria em relação a esse processo e que
175 precisam debater sobre o que está na Portaria 186, que entendem em termos da
176 inconstitucionalidade ou que não está materializada nas ADINs apresentadas por várias
177 Confederações de Empregadores e de Trabalhadores no Supremo, e sobre a questão operacional.
178 Relata que outra que regularmente parte do processo de filiação é a Portaria 982, em que a CNI é
179 mais especificamente indústria, sendo que existem algumas Federações e vários sindicatos que
180 possuem ações judiciais ganhas contra ela. O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira esclareceu que o
181 sindicato tem registro e por conta da Portaria 982 declarou para fins do repasse a filiação à

182 Confederação e à Federação, visto que quando realiza uma alteração estatutária e leva a registro está
183 sendo solicitada, às vezes, a prova da filiação com a Confederação. O Sr. Manoel Messias
184 Nascimento Melo explanou que não irão mexer no entendimento do Ministério com relação à
185 criação e à vinculação da Portaria nº 186/2008 e que estão estudando a questão para encontrar uma
186 solução geral. O Sr. Admilson Moreira dos Santos indagou se o sindicato não declarou filiação à
187 Confederação, apenas à Federação existiria algum componente político que inibiria de fazer hoje
188 uma SD de declaração de filiação à CNI? O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch elucidou que estão
189 recomendando aos sindicatos que façam a marcação na Federação e que, para a CNI, não significa
190 que estejam concordando com a tese do Ministério do Trabalho e de manter a posição da ADIN,
191 pois compreendem que independente da discussão da ADIN deve ter um processo mais
192 simplificado do que seria a filiação direta. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo arrazoou que a
193 decisão do TST vincula duas questões, a possibilidade de criação de outras Federações e
194 Confederações com a possibilidade do destino da contribuição sindical e também à liberdade dos
195 sindicatos se filiarem ou não. Discorreu que se a ADIN fosse votada hoje muito provavelmente
196 seria considerada inconstitucional. O Sr. Eudes da Silva Carneiro afirmou que a Bancada dos
197 Empregadores não encaminhou a proposta de alteração da Portaria 326, conforme prometido em
198 suas considerações e reiterou à mesma que se manifeste sobre o novo texto. O Sr. Manoel Messias
199 Nascimento Melo informou que existe um ponto que não está na Portaria, mas que recentemente
200 alguns sindicatos lhe propuseram que fosse aumentado o prazo para cadastro via requerimento,
201 sendo que foi colocada na Portaria 326 a possibilidade de um sindicato emancipado em um
202 município em até três anos, a alteração do cadastro seja feito via requerimento, caso seja necessário
203 realizar algum processo de alteração estatutária. Seguindo para o próximo item de pauta sobre o
204 Anteprojeto de Lei que trata das contribuições sindicais urbanas e rurais, o Sr. Manoel Messias
205 Nascimento Melo explanou que a proposta encaminhada para o Ministério possuía uma questão não
206 muito clara, sobre a fiscalização do lançamento de débito, uma vez que realizaram algumas
207 modificações e precisa ouvir os comentários sobre o mesmo, porque precisam ter um novo texto
208 disponível para caso sejam pressionados pela Casa Civil. O Sr. Eudes da Silva Carneiro informou
209 que no mês de março irão encaminhar um *e-mail* solicitando às Bancadas que formalizem as
210 indicações dos membros que deverão ser reconduzidos ou eventualmente substituídos no Conselho.
211 Com relação ao item seis de pauta: conclusões do GT Trabalho aos Domingos e Feriados Cívicos e
212 Religiosos, o Sr. Mauro Rodrigues de Souza comunicou que estão com o prazo até dia 20 de março

213 e que possuem alguns impasses sobre o tema, porém compreende que serão delineados. Relatou que
214 o GT possui três questões que são bastante conflitantes, sendo que uma delas é um posicionamento
215 do próprio Ministério do Trabalho de não desburocratizar tanto a ponto de que haja uma liberação
216 total do trabalho e que dividiram em dois temas: uma autorização que dependeria de acordo entre
217 Empregadores e Empregados e nessa, satisfeitas algumas condições, o Ministério teria o controle
218 para efeito de fiscalização, e a outra que dependeria de um ato expresso. Ressaltou que acredita que
219 na reunião de segunda-feira consigam alinhar os pontos que estão faltando, sendo que o produto é
220 apresentar uma proposta consenso para o Ministro, mas caso não tenha, serão indicados os pontos
221 em que não houve. Com relação ao GT de Contribuição Sindical, comunicou que é um grupo
222 interno no Ministério, em que a própria Portaria de criação garante que sejam ouvidas as Bancadas
223 de Empregados e Empregadores e que é um Grupo que visa apresentar uma proposta de atualização
224 dos valores de contribuição sindical patronal e dos profissionais liberais. Destacou que o grande
225 problema é que diferentes entidades publicaram tabelas próprias com valores que variam de R\$13 a
226 R\$88 mil como teto de contribuição sindical, e que por mais que busquem parâmetros de
227 atualização fica difícil de conseguir um trânsito entre esses valores tão discrepantes. Informou que
228 convidaram tanto as entidades laborais como as patronais para que apresentem os critérios que
229 foram adotados e que solicitaram que enviassem propostas sólidas, de preferência por Bancada.
230 Discorreu que a CNPL, a CNC e a representação dos Engenheiros do Rio de Janeiro enviaram
231 propostas separadas e que a proposta do Ministério é apresentar um parâmetro lógico do reajuste e
232 implementar de forma política. Ponderou que realizaram reuniões com Empregados e com
233 Empregadores e os mesmos já enviaram propostas que foram compiladas e comunicou que a
234 próxima reunião do grupo interno será na próxima sexta-feira. O Sr. Manoel Messias Nascimento
235 Melo relatou que crê que não possuem mais tempo para discutir sobre o trabalho aos domingos e
236 feriados após a reunião do Conselho e postulou que possuem duas alternativas com relação à
237 contribuição sindical: uma proposta separada de atualização dos valores e outra proposta de
238 atualização dos valores dentro da proposta mais geral de Lei que regulamenta a questão da
239 contribuição sindical urbana e rural. Articulou que esse tema extrapola o Ministério do Trabalho,
240 por envolver contribuições de natureza tributária. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch lembrou que o
241 grupo confederativo para discutir o e-Social nasceu no Ministério do Trabalho, na Câmara Bipartite
242 e explanou que o mesmo foi formalizado e realizaram seis reuniões com a parte do Governo
243 diretamente envolvido com o programa e com os empregadores. Explicou que existem pontos

244 complexos ainda a serem tratados e estão realizando uma avaliação interna por parte das
245 Confederações do seu real impacto, estão tendo bons avanços na Previdência, no Ministério da
246 Fazenda e no Ministério do Trabalho. O Sr. Mauro Rodrigues de Souza arrazoou que o GT dos
247 Músicos que foi criado no âmbito do CRT, onde as entidades de músicos queriam a elaboração de
248 uma nota contratual eletrônica, e que foi solicitada uma forma alternativa para o contrato ou a
249 criação de uma nova modalidade, que foi também seria incluído no e-Social. O Sr. Admilson
250 Moreira dos Santos informou que o Ministério do Trabalho está trabalhando na análise da
251 infraestrutura tanto de rede quanto de armazenamento de dados no e-Social e também está abrindo
252 junto à informática uma demanda para fazer uma mensuração sobre a volumetria de dados da
253 capacidade de assumir os arquivos que vierem. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo ilustrou
254 que no atual estágio do e-Social não está integrado com o HomologNet, que exigiria um nível de
255 detalhamento das informações a serem prestadas pelas empresas. Que ainda não foi discutido e
256 construído com a equipe de gestão do e-Social. O Sr. Willian Soares de Oliveira acrescentou que o
257 resultado do trabalho do GT no âmbito do e-Social foi muito gratificante, sendo que a própria
258 Receita está pensando em levá-lo para outros temas que estão trabalhando. O Sr. Manoel Messias
259 Nascimento Melo ressaltou que precisam reanimar dentro do Governo que é possível construir
260 soluções no diálogo com as representações sindicais e intuiu que precisam fortalecer dentro do
261 Ministério do Trabalho o tripartismo como espaço de diálogo para construir melhores decisões, mas
262 destacou que precisam delimitar onde devem trabalhar. Ponderou que seria ideal que as duas
263 Bancadas trouxessem para a próxima reunião algumas proposições do que deve ser priorizado em
264 2015. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch compreendeu que diante da decisão do Pleno de realizar um
265 debate dos principais pontos, poderia começar a elencar esses itens para as próximas pautas da
266 reunião da Câmara Bipartite. Seguindo para a definição da próxima reunião, o Sr. Manoel Messias
267 Nascimento Melo sugeriu trabalharem com as datas entre 11 e 16 de maio para poderem reservar a
268 sala, condicionadas às discussões que tiverem no Pleno, e como será ajustada a nova forma de
269 trabalho do Conselho. **ENCERRAMENTO:** O Sr. Roberto Luís Lopes Nogueira agradeceu a
270 presença de todos e encerrou a reunião.

271 Alex Sandro Gonçalves _____

272 Viviane Renata Anze Greer _____

273 Mauro Rodrigues de Souza _____

274 Admilson Moreira dos Santos _____

- 275 Eudes da Silva Carneiro _____
- 276 Alain Mac Gregor _____
- 277 Roberto Luís Lopes Nogueira _____
- 278 Willian Soares de Oliveira _____
- 279 Milton Garcia _____
- 280 Adriana Giuntini _____
- 281 Marcello José Pinho Filho _____
- 282 Rafael Ernesto Kieckbusch _____